

## Apresentação

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

**Como citar:** SIMONETTI, M. C. L. Apresentação. *In* : SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.7-13. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p7-13>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## APRESENTAÇÃO

Os onze textos reunidos nesta coletânea foram apresentados na Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil. O evento, realizado em 2014 na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, reuniu intelectuais, estudantes de graduação e pós-graduação e integrantes dos movimentos sociais para discutir os problemas relativos à questão agrária no Brasil, com destaque para os desafios dos movimentos sociais diante, de um lado, da reestruturação do capitalismo internacional e seus impactos na economia brasileira e, de outro, dos impasses e dilemas diante da não realização da reforma agrária pelos governos ‘populares’ dos últimos 12 anos.

O eixo central dos textos baseia-se na reflexão sobre a questão agrária brasileira e nos dilemas e perspectivas da luta pela Terra e da reforma agrária. Nesse livro os textos foram agrupados em três partes: 1- Movimentos sociais e conflitos sociais no Brasil; 2- A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil; 3- A questão agrária, educação no campo e o rural no cinema brasileiro.

Abre a primeira parte da coletânea, o texto ‘Movimentos Sociais. O que há de novo?’ de José Geraldo A. B. Poker e Alexsandro E. Arbarotti. Nele, os autores realizam uma, profunda reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade. Para os autores, os movimentos sociais “[...] ao mesmo tempo que pretendem imprimir mudanças na sociedade em que atuam, contribuem para a produção de conhecimentos, a medida que oferecem às Ciências Sociais as experiências empíricas necessárias para comprovação ou refutação de hipóteses e teorias.”

O segundo texto da primeira parte ‘Apropriação dos bens comuns e os conflitos sociais no Brasil’ de Sérgio Augusto Domingues nos provoca a reflexão trazendo desde o pensamento indígena até os escritos do Jesuíta Antonio Vieira para alertar “... que não adianta mais insistir num discurso denunciativo sobre os desmandos do avanço da Economia Ocidental sobre os bens indígenas. Sabemos por certo que isto começou nos primeiros tempos. O jesuíta Antonio Vieira já denunciava estes desmandos e desde então pode-se dizer que nada mudou. Pelo contrário: só expandiu, cresceu e hoje como sabemos ameaça todo o planeta. “

O terceiro texto, ‘Ser e estar Sem-Terra: uma aproximação etnográfica’ de Nashieli Rangel Loera, problematiza a ‘identidade’ dos Sem Terra que para ela é um termo que “[...] revela-se heterogêneo e adquire diversos significados dependendo da condição de quem o menciona (acampados, assentados, militantes), do espaço de onde se fala (acampamento e assentamento), dos compromissos que se estabelecem com os movimentos e de quem é próprio interlocutor.” A etnografia permite a autora “[...] colocar ações, palavras, frases e discursos em contexto de situação e ao mesmo tempo problematizar a fragilidade de certos conceitos como “identidade” que quando são usados de maneira automática e acrítica, obscurecem mais do que esclarecem o fato de que estamos diante de autocategorizações e classificações.”

Na segunda parte do livro, ‘A reestruturação do capitalismo global e a questão agrária no Brasil’, Luis Francisco Corsi aborda a temática ‘A reestruturação do capitalismo global e seus impactos na economia brasileira’. Esse tema é crucial visto que a questão agrária brasileira deve ser compreendida em seu processo histórico, ou seja, o debate sobre a questão agrária deve ser fundamentado e compreendido no que ele realmente é, ou seja, uma questão estrutural que nos remete a problemas históricos estruturantes da constituição e territorialização do modo capitalista de produção no Brasil. Em seu texto, o autor tece suas considerações sobre as transformações do capitalismo global nas últimas décadas e os seus impactos na economia brasileira. Demonstra que a atual configuração do capitalismo global resulta dos desdobramentos da crise estrutural do capitalismo da década de 1970. Para o autor a referida crise resultou da sobreposição de vários processos, dentre eles: perda de competitividade da economia

norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Para ele, os EUA sob a égide do neoliberalismo comandou o período que se seguiu a reestruturação do capitalismo com o objetivo de controlar a contestação social, recuperar a rentabilidade do capital e recompor a sua hegemonia.

O segundo texto da parte dois ‘A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária na atualidade’ de Kelli Cristine de Oliveira Mafort, a autora realiza a análise da luta pela reforma agrária desde os anos de 1970 cotejando os contextos da reprodução ampliada do capital e da luta pela terra. Conclui que, na atualidade, a questão agrária brasileira não está superada, nem tão pouco, encontrou uma solução definitiva para o campo através da hegemonia do agronegócio. Para a autora, na atualidade, o avanço do capital no campo tem trazido consequências dramáticas para a humanidade, principalmente com relação à destruição dos recursos naturais e na consolidação do desemprego estrutural. Com relação à luta pela Reforma Agrária, salienta que mudou de conteúdo devido às alterações no contexto da luta de classes no campo brasileiro. Salienta também, que o agronegócio se consolidou de forma hegemônica, impondo limites destrutivos para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Nesse cenário, o MST e a Via Campesina têm desenvolvido um processo de resistência, luta e enfrentamento ao capital, através das suas ações políticas.

O terceiro texto da parte dois, as autoras Mirian Claudia Lourenção Simonetti e Adriane Camargo apresentam à temática ‘Geografia dos conflitos e violência no campo: os dados dos governos do Partido dos Trabalhadores.’ Para as autoras, o texto trata dos conflitos fundiários e violência no campo brasileiro baseado nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente ao período entre 2003 a 2014, cujo período corresponde aos últimos 12 anos, abrangendo os três governos do Partido dos trabalhadores. Também situam suas análises cotejando-as com os números dos últimos 30 anos registrados pela Comissão Pastoral da Terra. Concluem que, as políticas voltadas para a agricultura, dos governos protagonizados pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2014), ao incentivar o agronegócio de exportação em detrimento da agricultura familiar ou reforma agrária, ampliaram os conflitos que envolvem os camponeses

e as populações originárias. Destacam que a questão agrária brasileira e a violência no campo não podem ser explicadas somente no tempo de um governo, ou seja deve ser compreendida em seu processo histórico. Salientam que os conflitos fundiários evidenciam a formação das classes e grupos sociais, que colocam em relevo o protagonismo social permitindo a identificação empírica da classe concreta envolvida na luta pela terra.

O quarto e último texto da parte dois tem por título ‘O Governo Lula e a tentativa de conciliação de classes antagônicas: o avanço do agronegócio versus a resistência dos movimentos sociais em defesa da soberania alimentar no Brasil’ de Thaylize Goes Nunes Pereira e Maria Angélica Paraizo. As autoras enfatizam que o atual modelo de produção agropecuária nacional está baseado no agronegócio, que envolve o conjunto de todas as atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrícolas e que tem como característica baixo valor agregado. Para as autoras a crítica dos movimentos sociais e pesquisadores da área com relação ao agronegócio é que a produção de *commodities* não tem como finalidade a produção de alimentos para a população local, mas sim a exportação de grãos – em sua maioria transgênicos – para suplementos de animais e/ou produção de energia, além de sua produção baseada na monocultura, que empobrece o solo, acaba com a biodiversidade e compromete de forma drástica a soberania alimentar do país. Desta forma, neste artigo expõem como se deu o afastamento do Partido dos Trabalhadores com relação aos movimentos sociais, sobretudo no que se refere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as políticas de reforma agrária para o Brasil, mediante sua aproximação cada vez maior com o agronegócio e a burguesia. As autoras partem do pressuposto que a tentativa de conciliação de classes antagônicas vislumbrada pelo governo Lula era improvável, uma vez que o Estado é em si um órgão de dominação de classes. Assim, analisam o avanço do agronegócio no Brasil frente à resistência dos movimentos sociais tendo por referência os oito anos de governo Lula. Destacam que nesse período, os governos contribuíram para o agronegócio se apropriar ainda mais dos bens comuns, aprofundando no seio da agricultura brasileira a monocultura, os transgênicos e a exportação de *commodities*, que por sua vez, se refletem na desterritorialização das populações rurais,

gerando conflitos territoriais e inviabilizando a soberania alimentar no Brasil.

Abre a terceira parte o texto ‘A questão agrária e os desafios da construção da reforma agrária popular’ de Selma de Fátima Santos, Marcio José dos Santos e Angelo Diogo Mazin, a partir do qual apresentam a reflexões sobre o debate da luta pela terra e pela reforma agrária no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que resultou na elaboração do Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado pelo VI Congresso Nacional do movimento realizado em Brasília no ano de 2014. O programa de Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST é resultado de um amplo debate construído no interior do Movimento, que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (Movimentos Sociais, Organizações Políticas, Sindicatos), além da contribuição de diversos intelectuais. Para os autores, o debate da Reforma Agrária Popular pressupõe a superação da proposta de reforma agrária clássica e a construção de um projeto que contemple a dimensão humana e de qualidade de vida em sintonia com o ambiente, a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais que contemplam as diversas formas de vida. Ao contrário da reforma agrária clássica que prevê a dimensão econômica e da renda, do lucro e do individualismo, pautado na propriedade privada da terra, no controle dos recursos naturais e da força de trabalho como fonte de lucro. Os autores nos colocam diante de” [...] uma construção recente em torno da reforma agrária popular que nos leva a um outro rumo de discussão e outra lógica de conceber as relação com a terra, com os seres humanos e com a natureza.”

O segundo texto da parte três, de Silvia Aparecida de Souza Fernandes e Bruno Lacerra de Souza aborda ‘As políticas de educação básica e educação do campo no Brasil’. Para os autores há uma diferença entre a educação do campo e a educação rural oferecida no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, que expressa a ideologia governamental e a preocupação com o ensino técnico no meio rural (meio rural visto como o lugar do atraso). Já a educação do campo expressa à ideologia e força dos movimentos sociais, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local e sustentável.

O terceiro texto da terceira parte aborda a Educação do Campo e os desafios das lutas de classes no campo. Para seu autor, Delwek Matheus, o objetivo do texto não consiste somente em fazer uma reflexão sobre a educação do campo enquanto política pública, mas na educação que resulta da conquista da luta dos trabalhadores. Para o autor, a educação sempre esteve presente na história de lutas da classe trabalhadora brasileira, embora no campo isso seja mais recente e esteja articulada a organização dos trabalhadores no meio rural. As novas possibilidades emergiram da luta pela terra e da maior organização dos trabalhadores e camponeses do campo, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos pela construção de barragens, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, Movimento dos Pequenos Agricultores, dentre outros, que se constituíram nos embates com as elites agrárias, buscando o fortalecimento da identidade de classes, com o objetivo de alcançar mudanças na estrutura de sociedade, que sempre se manteve sob o domínio dessas elites. A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo vincula-se a violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade para o autor, de injustiça, desigualdade, opressão, que vem exigindo transformações sociais e estruturais no campo brasileiro.

O último texto ‘Ruralidades e ruralismos no cinema brasileiro dos anos 2000’, de Célia Tolentino, desta que no Censo de 2000, 86% da população nacional vivia em áreas urbanas instaurando-se no campo da Sociologia Rural brasileira um debate sobre o caráter desta rápida transformação que realizou em 50 anos aquilo que na Europa demandou alguns séculos. Nos estudos sobre a representação do rural no cinema brasileiro varios autores observaram que no período crucial da transição entre a nossa economia agrária para aquela predominantemente industrial a vida rural foi representada sob dois prismas principais: do atraso, ou como algo já superado e distante daquele que fala. Diante da nova e inegável hegemonia urbana brasileira, que parece ter sido tão desejada pelo imaginário coletivo, a autora se pergunta: que desenho faz hoje o cinema nacional sobre a vida rural?” Ao longo do texto a autora vai responder a referida pergunta através da análise de 37 filmes brasileiros.

Por fim, cabe salientar que a Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos Sociais no Brasil, foi idealizada a partir de pes-

quisas e debates realizadas no âmbito do Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais (CPEA). Esse espaço de pesquisa foi criado em 1988, junto à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Marília, com a finalidade de criar um espaço laboratorial destinado à realização de pesquisas e estudos sobre a questão agrária, no qual os graduandos, pós-graduandos, professores e pesquisadores desta universidade pudessem realizar seus estágios, investigações, trabalhos científicos e acadêmicos. Possui uma sede na própria Unesp e conta atualmente com pesquisadores, nas áreas da geografia, sociologia, antropologia e economia, que estudam temas sobre a questão agrária, movimentos sociais e assentamentos. No decorrer destes anos de existência, viabilizou e possibilitou a realização de algumas dezenas de pesquisas, que resultaram na elaboração de diferentes formas de trabalhos científicos, a saber: relatórios, artigos, monografias, livros, dissertações de mestrados e teses de doutorados, além de participar, organizar e realizar diversos eventos de cunho acadêmico e científico dentro e fora da Unesp.

Para a elaboração dessa coletânea agradeço aos estudantes e estagiários do CPEA Adriane Camargo, Bruno Lacerra de Souza e Thaylize Góes Nunes Pereira que gentilmente colaboraram na sua organização e revisão técnica. Como se poderá perceber da leitura dos textos, essa coletânea traz um conjunto de contribuições relevantes para enfrentar temas fundamentais da sociedade brasileira contemporânea.

*Mirian Claudia Lourenção Simonetti*